



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2016

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.151/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/5/2016, e pedido de informações sobre a reiterada ausência dos representantes de órgãos públicos municipais nas mesas de mediações de conflitos instaladas pelo Poder Judiciário, tendo em vista a iminente reintegração de posse das ocupações Novo São Lucas, Maria Vitória e Maria Guerreira, no Município de Belo Horizonte;

nº 6.152/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados ao governador do Estado as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 19/5/2016, e pedido de providências para inclusão, nas reuniões da mesa de diálogos da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, de representantes dos moradores da Ocupação Primeiro de Maio, do Município de Betim, a fim de garantir seu direito de moradia;

nº 6.153/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 19/5/2016, e pedido de providências para apuração de abuso de autoridade e uso indevido de força no processo de remoção das famílias da Ocupação Primeiro de Maio, no Município de Betim;

nº 6.154/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH –, do Ministério Público de Minas Gerais, as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 19/5/2016, e pedido de providências para apuração de abuso de autoridade e uso indevido de força pela Polícia Militar de Minas Gerais no processo de remoção das famílias da Ocupação Primeiro de Maio, no Município de Betim, conforme relatado pelos participantes da referida reunião;

nº 6.155/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o cadastramento e o plano de remoção e reassentamento das famílias das Ocupações Novo São Lucas, Maria Vitória e Maria Guerreira, inclusive com a indicação de escolas que acolherão as crianças e os adolescentes;

nº 6.156/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para implementar uma mesa de negociação entre a prefeitura e as famílias afetadas, com a participação de representantes do Legislativo Municipal, da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, a fim de se chegar a um acordo para garantir o direito de moradia das famílias das Ocupações Novo São Lucas, Maria Vitória e Maria Guerreira, tendo em vista o processo de remoção e reintegração de posse nessas ocupações;

nº 6.157/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 19/5/2016;

nº 6.158/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a promoção da cidadania para a população em situação de rua, conforme solicitação da Pastoral Nacional do Povo da Rua e do Movimento Nacional da População de Rua-MG;

nº 6.159/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 690/2015, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público estadual em cargos efetivos da administração pública direta e indireta, conforme solicitação do Diretório Acadêmico do Curso de Administração da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Dacsap;

nº 6.160/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados à 3ª Vara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 19/5/2016, e pedido de providências para atendimento da demanda feita pela Defensoria Pública de Minas Gerais de designação de urgência para realizar audiência de mediação, tendo em vista a iminente reintegração de posse das Ocupações Novo São Lucas, Maria Vitória e Maria Guerreira, que tem data prevista para execução em 31/5/2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2016.

Marília Campos, presidente – João Leite – Cristiano Silveira.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2016

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina, em audiência pública, a debater a

priorização de atendimento no Hospital Metropolitano do Barreiro, no Município de Belo Horizonte, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Turci, subsecretária de Políticas de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário; Silvania de Souza, 1ª-secretária do Conselho Distrital de Saúde do Barreiro, representando Gentil Soares de Almeida, presidente; e Núbia Mansur, representante da comissão dos aprovados na seleção pública Hospital do Barreiro; e os Srs. Camilo Angelus Prates de Almeida, defensor público de Minas Gerais; Wilton Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Reginaldo Silva, membro da Assembleia Popular Horizontal do Barreiro; Marcelo Álvaro Antônio, deputado federal; Veré da Farmácia, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Adriano Ventura, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Juliano Lopes, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retiram-se do recinto os deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Anselmo José Domingos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Fred Costa, presidente – Wander Borges – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2016

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a atual situação do setor metalúrgico no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; e o Srs. Mário Parreiras de Faria, auditor fiscal do Trabalho, representando o Sr. Marcelo Gonçalves Campos, auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego; Márcio Luiz Guglielmoni, superintendente de Gestão de Atendimento ao Trabalhador, representando o Sr. Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Marcelino da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB-MG; Paulo César dos Santos, secretário-geral da Força Sindical de Minas Gerais, representando o Sr. Vandeir Messias Alves, presidente dessa entidade; Gilberto Antônio Gomes, diretor da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Luiz Adriano Luft, secretário de Organização da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais – UGT-MG, representando o Sr. Paulo Roberto da Silva, presidente dessa entidade; Cláudio Batista Vieira, chefe do Departamento de Engenharia Metalúrgica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop; Fernando Ferreira Duarte, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – em Minas Gerais; e Gustavo Machado, pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos – Ilaese. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. É recebido pela presidência o ofício da CSP-Conlutas solicitando intermediação da comissão para agendamento de reunião com o governador do Estado a fim de debater a atual situação do setor metalúrgico do Estado. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Carlos Pimenta – Geraldo Pimenta.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente suspende a reunião e, reabertos os trabalhos, estão presentes a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Arlen Santiago. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, conhecer e debater o plano de ação de universalização do abastecimento público de água para o Município de Esmeraldas, apresentado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Márcia de Moraes Pinto, vereadora do Município de Esmeraldas, e os Srs. Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Glacialdo de Souza Ferreira, prefeito do Município de Esmeraldas, Ronaldo Alves de Oliveira Brandão, vereador da Câmara Municipal de Esmeraldas, e Mario Guimarães Filho, representante dos moradores da Bacia Vargem das Flores e da Associação do Bairro Ouro Branco. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra à deputada Marília Campos, co-autora. Logo após, passa a palavra aos demais deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.277/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Dilzon Melo e Cássio Soares em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja enviado à Prefeitura de Esmeraldas o plano de ação de universalização do abastecimento público de água no município;

nº 6.278/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Dilzon Melo e Cássio Soares em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que auxilie o Município de Esmeraldas na atividade de limpeza das fossas até que seja implantado o sistema coletor de esgoto do município;

nº 6.279/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cássio Soares e Dilzon Melo em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para implantação e operação do sistema de abastecimento de água no Bairro Vale Bom Jesus, no Município de Esmeraldas;

nº 6.280/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cássio Soares e Dilzon Melo em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam implantadas redes de abastecimento de água nos Bairros Vale Esmeraldas, 1ª e 3ª seções, e Parque Nova Ceasa e adjacências, no Município de Esmeraldas;

nº 6.281/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cássio Soares e Dilzon Melo em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja realizada a limpeza das fossas sépticas das unidades escolares do Município de Esmeraldas;

nº 6.282/2016, a deputada Marília Campos e dos deputados Cássio Soares e Dilzon Melo em que requerem sejam encaminhadas à Prefeitura de Esmeraldas as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 8/6/2016;



nº 6.283/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja analisada denúncia de que o loteamento Floresta Encantada, no Município de Esmeraldas, foi implantado sem contar com infraestrutura sanitária adequada antes da venda dos lotes;

nº 6.284/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para a qual seja convidado o presidente da empresa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor –, para explicar sobre o planejamento de obras no Vale do Jequitinhonha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Dilzon Melo.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.763 e 2.794/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.565/2016 (Antônio Jorge), 3.571 e 3.577/2016 (Bonifácio Mourão), 3.573, 3.576 e 3.579/2016 (Cristiano Silveira), 3.572 e 3.580/2016 (Isauro Calais), 3.569 e 3.575/2016 (Leonídio Bouças), 3.567 e 3.581/2016 (Luiz Humberto Carneiro), e 3.578, 3.582 e 3.574/2016 (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os projetos a seguir são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento dos deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei Complementar nº 14/2015 (Isauro Calais); Projetos de Lei nºs 1.389, 1.394 e 1.435/2015 (Antônio Jorge); e 3.312/2016 (Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.751/2015 e 3.419/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 207 e 1.356/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 791 e 1.096, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e 2.225/2015 (relator: deputado Isauro Calais, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); 1.314, 2.728 e 2.816/2015, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, e 3.192/2016 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o quarto em virtude de redistribuição); e 3.320/2016 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.436/2016 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição); e 3.489/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 164, 540/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Leonídio Bouças e Isauro Calais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 556/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 1.335/2015 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator,



deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.470/2015 com a Emenda nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Luiz Humberto Carneiro. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.924/2015 (relator: deputado Isauro Calais); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 3.420 e 3.467/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.446/2016, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Oliveira Fortes o Projeto de Lei nº 3.476/2016, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.491/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo os dois primeiros em virtude de redistribuição); e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 3.521 e 3.522/2016 (relator: deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Isauro Calais solicitando que os Projetos de Lei nºs 3.479 e 3.531/2016 sejam apreciados em primeiro lugar nesta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.479 e 3.531/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a saída do deputado Isauro Calais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.975/2015, 3.465, 3.483 e 3.493/2016 (relator: deputado Antônio Jorge); 2.124/2015, 3.440, 3.466 e 3.477/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 2.540, 2.702 e 2.826/2015, 3.339, 3.464 com a Emenda nº 1, 3.470 e 3.488/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro, o terceiro, o quinto e o sétimo em virtude de redistribuição); 3.223, 3.441, 3.455, 3.462 e 3.474, os dois últimos com a Emenda nº 1, 3.494 e 3.577/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 3.485 e 3.525/2016 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.439, 3.452, 3.454, 3.456 a 3.458, 3.472, 3.473, 3.475, 3.478, 3.480, 3.484 e 3.530/2016, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais – Gustavo Corrêa – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016

Às 17h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, respectivamente, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes.

A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 25/2015 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2016

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete o deputado Glaycon Franco (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das intervenções realizadas na Rodovia BR-040 pelo Consórcio Via 040. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Lucimar Lima Neves, vice-presidente da Câmara Municipal de Carandaí; e os Srs. Ivar de Almeida Cerqueira Neto, prefeito de Conselheiro Lafaiete; Pedro Antonio Mendes Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Alessandro Dalla Vedova, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Marcelo Alcides dos Santos, especialista em Regulação, representando o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Marcus Vinicius Vieira Rodrigues, delegado de polícia, representando a delegada regional de Polícia Civil de Conselheiro Lafaiete; Glauco Peregrino, promotor de justiça da 5ª Promotoria de Justiça de Conselheiro Lafaiete; Carlos Magno Rodrigues, vereador de Conselheiro Lafaiete; Sandro José dos Santos, Tarciano del Franco Martins, Gildo Dutra e Pedro Américo, vereadores de Conselheiro Lafaiete; Wellington Rodrigues da Costa, presidente da Câmara Municipal de Cristiano Otoni; Weliton Luiz dos Reis, líder comunitário em Congonhas; e Manoel Vespúcio da Costa Vasconcelos, do Movimento em Favor da Vida. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2016.

Deiró Marra, presidente – Tony Carlos – Paulo Lamac.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2016

Às 14h15min, comparecem no Centro Cultural de Porteirinha os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as violações de direitos humanos sob a perspectiva das vítimas, em virtude da crescente violência urbana e rural nessa comunidade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Gessiane Soares Cangussu, delegada Regional de Polícia Civil de Janaúba, também representando a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e os Srs. Reginaldo Lopes, deputado federal; Silvaneu Batista Santos, prefeito de Porteirinha; Welson Teixeira da Silva, assessor jurídico, representando o presidente da Câmara Municipal de Porteirinha; Hermínio Martins Neto, vereador de Porteirinha; Cassio Samuel Mendes França, presidente da Associação Comercial e Industrial de Porteirinha; Adriano Vieira Spessimell Júnior, assessor de Integração, representando o subsecretário de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Estado de Defesa Social; Ten.-Cel. Marcelo Alves Coelho, comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Janaúba; Cap. PM



Eduardo Leal Silva, comandante da 236ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais em Porteirinha; Raimundo Nonato Gonçalves, chefe do 11º Departamento de Polícia Civil de Montes Claros; Jaime Soares Durães, presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública de Porteirinha; Mário Mendes da Conceição, assessor, representando o sr. João Adilson Nunes de Oliveira, juiz de 1ª instância de Porteirinha. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Paulo Guedes, também autor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.324/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a criação de um Grupamento de Meio Ambiente e Trânsito – Gmat – no Município de Porteirinha, haja vista as inúmeras rodovias estaduais na região, bem como a necessidade de policiamento da extensa área rural onde está situado o Parque Estadual Serra Nova, o segundo maior em área territorial do Estado;

nº 6.325/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para assumir a administração da cadeia de Porteirinha, liberando os policiais civis e militares para o desempenho de funções principais e prementes para a segurança local;

nº 6.326/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para aumentar os efetivos de policiais civis e militares no Município de Porteirinha;

nº 6.327/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para a implementação efetiva da segunda vara judicial na Comarca de Porteirinha;

nº 6.328/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para designação de um delegado de polícia para o Município de Porteirinha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Marília Campos.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2016

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; a, em audiência pública, debater a segurança nos hotéis de Belo Horizonte, tendo em vista o incidente envolvendo a Sra. Ana Hickman, apresentadora de TV, no dia 2/5/2016, que foi mantida sob a mira de arma de fogo por um fã que estava hospedado no mesmo hotel; e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais



(2); e Caio Barros Cordeiro (2), subsecretário e chefe de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (3/6/2016); Caio Barros Cordeiro, subsecretário e chefe de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e Breno Rego Pinto Rodrigues da Costa, juiz de direito da Comarca de Monte Santo de Minas (4/6/2016); e Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Minas Gerais – Sindasp-MG (9/6/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, no 1º turno (Cabo Júlio); Projeto de Lei nº 2.751/2015, no 1º turno (João Leite); e Projeto de Lei nº 3.488/2016, em turno único (Paulo Guedes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado Cabo Júlio) e do Projeto de Lei nº 2.751/2015, com as Emendas nºs 1 a 5 (relator: deputado João Leite); e pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.993/2015, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.157/2015 (relator: deputado Cabo Júlio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.025 a 4.027, 4.066 a 4.069, 4.198 a 4.200, 4.761, 4.824, 4.825, 4.827, 4.836, 4.857 a 4.859, e 4.865 e 4.872/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.254/2016. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.329/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os resultados já alcançados após a realização da reunião, em 5/4/2016, que teve como objeto a discussão sobre ao combate à criminalidade e à violência no Município de Itamarandiba e região;

nº 6.330/2016, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para aumentar o efetivo de investigadores lotados na Delegacia Regional de Manhuaçu;

nº 6.331/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Otacílio Silva Neto por sua nomeação para o cargo de chefe do Detran-MG;

nº 6.332/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o resultado definitivo da perícia médica realizada no Sd. PM Éderson Rocha Batista, lotado no 5º Pelotão da 165ª Cia. PM, do 30º Batalhão de Polícia Militar, em São João da Ponte;

nº 6.333/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para tratar da violação de direitos e garantias fundamentais dos policiais militares lotados no 5º Grupamento da 239ª Cia. PM, de Diogo de Vasconcelos, e do desrespeito à Lei Complementar nº 127, de 2013, que dispõe sobre a carga de trabalho dos militares;

nº 6.334/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os responsáveis pela Operação Calcário da Morte II, realizada em 8/6/2016, que culminou na prisão de 23 suspeitos de integrarem organização criminosa responsável por tráfico de drogas, furtos, roubos, homicídios e corrupção de menores em Itamarandiba, Carbonita e Diamantina; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos policiais militares e civis pelo relevante serviço prestado à sociedade;

nº 6.335/2016, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública no Hipercentro de Belo Horizonte;

nº 6.336/2016, do deputado Nozinho, em que requer seja realizada audiência pública para debater os roubos e as explosões de caixas eletrônicos no Estado, praticados por criminosos e quadrilhas especializados, em especial em São Gonçalo do Rio Abaixo;

nº 6.337/2016, dos deputados Fabiano Tolentino, Sargento Rodrigues, Emidinho Madeira, Inácio Franco, Rogério Correia, Nozinho e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizado debate público conjunto com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para discutir a segurança pública no campo e as ameaças à população e às atividades rurais.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cláudia Bolognani Pereira, superintendente de Estrutura do Turismo da Secretaria de Estado de Turismo, representando o Sr. Ricardo Faria, secretário de Estado de Turismo; Patrícia Azevedo Coutinho, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais – Abih-MG; Maria Aparecida Tomé de Souza, representante do Hotel Dayrell; o Cel. PM Marcelo Vladimir Correa, assessor-chefe da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o Sr. Sérgio Barboza Menezes, secretário de Estado de Defesa Social; o Maj. PM Lucas Pinheiro dos Santos Neto, subcomandante do 22º Batalhão de Polícia Militar, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; Andre Pelli, delegado-geral de Polícia e superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil, representando a Sra. Andrea Claudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil; Andrey Reis, gerente de Segurança das Cidades do Futebol, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, representando o Sr. Carlos Arthur Nuzman, presidente desse comitê; e Rodrigo Mangerotti, gerente-geral do Hotel Mercure BH Lourdes, representando o Sr. Guilherme Mendes, gerente-geral do Hotel Caesar Business Belo Horizonte Belvedere. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/6/2016

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Carlos Arantes e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; a, em audiência pública, debater os resultados já alcançados após a realização de reunião desta comissão que teve como objeto a discussão quanto ao combate à criminalidade e à violência no Município de Itamarandiba e região; e a receber e votar requerimentos. Registra-se a presença do deputado Paulo Guedes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.386/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o assédio moral por agente público, no âmbito da administração direta e indireta, e solicitar as providências necessárias ao combate dessa prática, nos termos da Lei Complementar nº 116, de 2011;

nº 6.387/2016, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Sindicato dos Delegados de Polícia de Minas Gerais – Sindepominas –, propostas para o aprimoramento da reforma administrativa e a situação da população carcerária do Estado;

nº 6.388/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do 3º Pelotão da 12ª Companhia do Destacamento do Município de Jacutinga pelos excelentes serviços prestados à comunidade;

nº 6.389/2016, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Gessiane Soares Cangussu, delegada regional de Polícia Civil de Janaúba; o Sr. Raimundo Nonato Gonçalves, chefe do 11º Departamento de Polícia Civil de Montes Claros; o Ten.-Cel. PM Marcelo Alves Coelho, comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Janaúba; e o Cap. PM Eduardo Leal Silva, comandante da 236ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais em Porteirinha, pela atuação conjunta que resultou na prisão de 12 pessoas, em respaldo aos apelos da comunidade, especialmente durante a 9ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 10/6/2016, no Município de Porteirinha.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Cel. PM Elton Romualdo Araújo, comandante do 42º Batalhão de Polícia Militar – 14ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais – Curvelo; o Ten.-Cel. PM Reinan Arlindo de Araújo Oliveira; os Srs. Thiago Rocha Ferreira, delegado regional de Polícia Civil de Capelinha; Diego Espíndola Sanches, promotor de justiça de Itamarandiba; José Olegário de Oliveira, delegado de Polícia Civil de Capelinha; Erildo do Espírito Santo Gomes, prefeito municipal de Itamarandiba; Afonso Arinos, membro da OAB-MG Subseção de Itamarandiba, representando Angelo Brant de Araujo Filho, presidente; Sebastião Antônio Amaro, vereador da Câmara Municipal de Itamarandiba; Ivan Cardoso, inspetor de Polícia Civil de Capelinha; Joelson Dutra de Miranda, Silas Eduardo L. Andrade, Robson Lucas T. Queiroz, Marcos Rosa Henrique, Leonardo Rocha Martins, Adilson Pereira Ramos, Geraldo Gonçalves Vieira, Alisson Henrique Quemel de Souza, investigadores de polícia; Carlos Kleber de Souza Vieira, escrivão de polícia. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2016

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Paulo Lamac (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG) e Tony Carlos (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a produção e a distribuição de placas de veículos automotores, bem como os preços e a legislação vigente sobre o tema. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.711, 4.771 e 4.884/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andrea Abood, coordenadora de administração de trânsito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran –, também representando o Sr. João Otacílio Silva Neto, diretor-geral do Detran, Ivone de Oliveira Soares, chefe da Assessoria Jurídica do Detran, e Elizabethe Barbosa, assessora da Coordenação

de Administração de Trânsito do Detran; e os Srs. Vinícius Rezende, assessor jurídico do Detran, Dalmo Barbosa, presidente da Associação dos Fabricantes de Placas para Veículos do Estado de Minas Gerais – Afapemg –, Leandro Meireles, gerente administrativo da Afapemg, e Alessandro Dias, presidente do Sindicato dos Proprietários de Centros de Condutores do Estado de Minas Gerais – Siprofc-MG. A presidência concede a palavra aos deputados Tony Carlos e Paulo Lamac, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2016.

Deiró Marra, presidente – Tony Carlos – Paulo Lamac.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.997, que dispõe sobre a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social pelo Estado aos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Durval Ângelo opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.540/2015, do deputado Gustavo Valadares.

Requerimentos nºs 4.201 a 4.207 e 4.226 a 4.228/2016, do deputado Cabo Júlio; 4.896, 4.930 a 4.932, 4.953 a 4.955, 4.957 a 4.959 e 4.973/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.975, 4.976 e 4.980/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a ouvir o Cel. PM Eucles Honorato Júnior, o Ten.-Cel. PM Gianfranco Caiafa, o Ten.-Cel. PM Cláudio Vítor e o 1º-Ten. PM Leonardo Guimarães Oliveira Mailló, para prestarem esclarecimentos sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto em 21/4/2016 e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município, os quais teriam infringido a Constituição da República, especialmente os direitos de ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão e garantias com natureza de cláusulas pétreas, em cumprimento a ordem do governador do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.748 a 4.750, 4.752, 4.753 e 4.755/2016, da deputada Geisa Teixeira; 4.841/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.851 e 4.852/2016, do deputado Glaycon Franco; 4.889 a 4.892/2016, da Comissão Extraordinária das Águas; 4.944 a 4.950/2016, do deputado Bosco; e 4.964/2016, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.143/2015, do deputado Braulio Braz; 3.198/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes; 3.368/2016, do deputado Carlos Pimenta; e 3.379/2016, do deputado Braulio Braz.

Requerimentos nºs 4.743/2016, do deputado Sargento Rodrigues, e 4.856/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 4.860 a 4.864/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 4.982/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e 5.000/2016, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as Semanas Estadual e Nacional de Prevenção ao Uso de Droga, promovendo reflexões e debates de forma ampla sobre o tema.

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 21 de junho de 2016, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 22.997, que dispõe sobre a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social pelo Estado aos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências; e do Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado; e na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de junho de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2015

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Fábio Avelar Oliveira, João Magalhães e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

João Leite, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2016, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado, por parte do Poder Executivo, referentes ao terceiro quadrimestre de 2015 e ao primeiro quadrimestre de 2016; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 24/2016, do Nome do Sr. Lindomar Gomes da Silva para o Cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

João Leite, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 21/6/2016, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a situação das obras de duplicação da BR-381, tratando especificamente das questões das desapropriações, do atraso nas obras, do abandono e da devolução de trechos pela empresa contratada ao Dnit; e da garantia da execução de medidas preventivas, de minimização e compensação de impactos ambientais; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Deiró Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2015**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Anselmo José Domingos, Antônio Lerin e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Vanderlei Miranda, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2016, às 19 horas, em Belo Horizonte, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, discutir a segurança no Bairro Belvedere e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 14/6/2016**

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos visita nas galerias e nos acompanha pela TV Assembleia. Gostaria, mais uma vez, de trazer à tribuna desta Casa assuntos de extrema relevância para o Estado de Minas Gerais, mas especialmente, deputado João Leite, do apagão da gestão deste governo. Um governo que tem demonstrado absoluta inabilidade para a gestão pública. Um governo que não se encontra, quer seja numa reforma administrativa, quer seja no comando de suas secretarias. Entre essas, Sr. Presidente, destacamos a Secretaria de Defesa Social, onde há uma demonstração clara de que o governo se encontra perdido.

Deputado João Leite, acompanhamos, neste final de semana, a mobilização dos agentes penitenciários. Para esta semana temos mobilizações do pessoal da Polícia Civil porque, como tenho dito repetidamente nesta tribuna e vou insistir na tese: o governador Fernando Pimentel, do PT, não governa Minas Gerais desde o dia em que foi diplomado governador. Não governa Minas Gerais porque a cabeça dele não está aqui para tocar a gestão pública.

O governo que assumiu, deputado João Leite, dizendo que havia um déficit de R\$7.000.000.000,00 fez aqui um estardalhaço, especialmente os líderes da base de governo. Eles vieram a esta tribuna e se revezaram constantemente, numa prática de repetir a mentira mil vezes até que ela virasse verdade; numa tentativa de que isso fosse ficar no imaginário, na memória das pessoas, principalmente do cidadão mineiro. Ou seja, de que se herdou o governo com um déficit de R\$7.000.000.000,00.

Mas pasme, deputado Antônio Carlos Arantes, esse mesmo governo que disse e repetiu milhares de vezes essa mentira, numa tentativa de enganar os mineiros, com seis dias de mandato mandou para esta Assembleia, por meio do governador, um projeto de lei criando três secretarias e, ao longo desse período, mais de 500 cargos comissionados. Aí lhe pergunto: será que é um governo sério, um governo responsável, um governo que realmente quer que o serviço público seja prestado a contento? É óbvio que não, porque é um governador que demonstra uma falta de responsabilidade e respeito para com os mineiros.

Isso reflete, deputado Dalmo Ribeiro Silva e deputado Antônio Carlos Arantes, aqui nas próprias lideranças do governo. O discurso é lindo e maravilhoso. Por exemplo, houve um deputado que ocupou esta mesma tribuna, deputado João Leite, e bradou para as galerias dizendo: "Olhem, a oposição está fazendo terrorismo. Não vai haver atraso de salários, não vai haver nada disso. É terrorismo da oposição". Ele abriu os braços gesticulando dessa forma. Isso ocorreu em junho de 2015, mas, quando chegou o final do ano, deputado João Leite, ocorreu o primeiro atraso do pagamento do décimo terceiro salário.

Estamos em junho de 2016, há seis meses o governo está parcelando os salários. Deputado João Leite, por que esse governo está parcelando os salários? Porque é um governo completamente irresponsável. Ele fala que recebeu um déficit de



R\$7.000.000,00, mas, quando começamos a fiscalizar o governo com um olhar mais próximo, olhando para suas contas, detectamos que, em 2014, a gestão anterior gastou R\$138.000,00 com fretamento de jato na empresa Líder Táxi Aéreo. Pasmem: Pimentel e sua base de governo espalhavam que o governador era bom de serviço, que estava fazendo uma gestão muito boa, que estava economizando e que, por isso, deveria confiscar os depósitos judiciais de particulares. Quando analisamos o fechamento de 2015, apenas com fretamento de jato com a Líder Táxi Aéreo, Pimentel gastou R\$815.000,00, ou seja, um acréscimo de 560% do gasto no fretamento de jato particular para servir os interesses “não muito republicanos” do governador – explicarei daqui a pouco porque “não muito republicanos”.

Em seguida, continuamos a fiscalizar as contas do governo. Apenas em quatro meses neste ano de 2016, deputado João Leite e deputado Antônio Jorge, Fernando Pimentel, do PT, cidadão que gosta de voar – esse adora voar, mas tem de ser jato fretado da Líder Táxi Aéreo –, gastou R\$915.000,00. Vou repetir: em quatro meses ele gastou R\$915.000,00 com fretamento de jatos da Líder Táxi Aéreo. Esse é o governador que disse à população, que mentiu, que pediu a sua base de governo para mentir e repetir tantas vezes quantas fossem necessárias que ele era um governo austero e que estava economizando. Olhem, apenas para enfeitar com flores o Palácio das Mangabeiras e o Palácio da Liberdade foram gastos R\$200.000,00.

Esse é o governo de Fernando Pimentel. Um governo mentiroso, um governo irresponsável, que agora está meio apertado. Sabe por que, deputado Antônio Jorge? Porque fizemos dois pedidos de informação, para que o governador enviasse informações à Assembleia. A lei de acesso à informação é a lei da transparência, porque o governo disse que era transparente e que queria colocar as coisas bem cristalinas, deputado Wander Borges. Fizemos o pedido para que enviasse a relação de todos os voos durante 2015, em que ele gastou R\$850.000,00 apenas com fretamento de jato da Líder Táxi Aéreo. Qual era o destino desses voos? Quem eram seus passageiros e qual era o objetivo das viagens?

Imediatamente o chefe do Gabinete Militar do governador bateu um carimbão em cima dizendo que isso não pode, que isso é segredo de Estado, para a segurança do governador e da sua família. Até parece que estamos aqui fazendo papel de bobos. Como falar em segurança do governador de voos já realizados? Não há o que alegar. O que queremos é transparência, conforme determinam os princípios constitucionais, conforme determina o comando da Lei nº 12.527, que é a lei da transparência. Mas o governador se negou.

Vamos ao Tribunal, impetramos um mandado de segurança, e, sexta-feira agora, deputado Dalmo Ribeiro Silva, o desembargador Claret determina ao governo que forneça. As informações que já recebemos, extraoficiais, eram que o governador teria uma dor de cabeça gigantesca quando essas informações chegassem à Assembleia. Pessoas que não são do poder público, pessoas que estavam fazendo favores pessoais para o governador vão aparecer na lista de passageiros que andaram no voo da Líder Táxi Aéreo pago com dinheiro público. E pasmem!, eu disse aqui que os voos não eram tão republicanos, e não são. Porque tenho aqui, deputado Wander Borges, deputado João Leite, as páginas da Operação Acrônimo que demonstram que o governador do Estado, Fernando Pimentel, teve encontros secretos com os representantes da Cacao no hangar do governo. Que o governador trocou informações e fez convite por via de mensagem de celular do próprio governador com os representantes da Cacao.

A Cacao é aquela empresa que o Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, disse, em delação premiada, que doou de propina R\$20.000.000,00 ao governador Fernando Pimentel, do PT. São R\$20.000.000,00 de propina apenas da Cacao. E aí pergunto: será que esses voos foram realmente republicanos?

Logo em seguida, no dia 18/8/2015, o governador freta mais um voo pela Líder Táxi Aéreo e vai encontrar os representantes da Cacao na residência do próprio presidente da Cacao. O que um governador de Estado estaria fazendo dentro da casa dos representantes da Cacao? Com certeza, deputado João Leite, não era nenhuma tratativa republicana. Por isso estamos na tentativa de colher assinaturas, deputado João Leite. V. Exa. já assinou, o deputado Dalmo Ribeiro Silva já assinou, o deputado Gustavo Corrêa já assinou. Estamos tentando abrir na Assembleia a CPI do Pimentel, a CPI da caixa-preta, em que identificaremos uma série de crimes de tráfico de influência e principalmente de improbidade administrativa



praticada pelo senhor governador do Estado, praticada pelo seu sócio, o Sr. Oflíio Prado, que é assessor especial do governador, portanto servidor público; em parceria, em colúio com o Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, que, em delação premiada, disse que Pimentel não só recebeu R\$20.000.000,00 de propina da Caca, mas recebeu R\$14.500.000,00 oriundos da OAS e da Odebrecht, mais R\$7.000.000,00 vindos da empresa Gontijo, que pagou pesquisa através da empresa Vox Populi. Esse é o governador que nós, deputados, precisamos investigar.

Existe muita gente aqui fingindo que não está acontecendo nada em Minas Gerais, há gente fingindo que o governador não está sendo acusado por esse monte de denúncias de corrupção que o envolve e que acredita que vai terminar tudo em pizza. Mas, para isso, estamos aqui vigilantes e acreditando que mais deputados vão assinar essa CPI. Daqui a pouco, o ministro Herman Benjamin, do STJ, vai quebrar o sigilo da delação premiada. É óbvio que não vou pedir aos deputados do PT para assinar, deputado João Leite, porque eles não vão fazer isso, porque o governo não é tão transparente como eles mesmos pregaram e continuam pregando nesta tribuna. Há alguns que, para justificar a propina de Pimentel, vêm aqui e dizem: “Mas o tucano X também está envolvido em propina, o partido X está envolvido em propina”. Como se, já que os outros estão envolvidos em propina, o governador pode também se envolver. Aí fica todo o mundo igualzinho, e não acontece nada. Quem está envolvido em propina tem de ser investigado. Quem não quer transparência não venha atuar na vida pública, porque a vida pública é assim.

A Constituição da República é muito clara. Temos os princípios norteadores da administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, a transparência, que, infelizmente, o governo Pimentel não conhece. São até agora, deputado João Leite, contabilizados R\$41.500.000,00 de propina recebidos por Fernando Pimentel, do PT. Existe deputado aqui ouvindo isso tudo calado e pensando: “O que faço?”. Hoje existe deputado, deputado Mourão, que não quer mais nem tirar foto com o governador. Como tirar foto com o governador se ele é campeão das páginas policiais?

Aí ficam perguntando por que a administração pública de Minas Gerais vai mal. Sabe por quê, deputado Mourão? É porque a cabeça do governador não está administrando o Estado. Na cabeça do governador está o medo de ser preso a qualquer hora do dia ou da noite, por decisão do STJ. Aliás, não só ele, mas também sua mulher. Então, ele não tem cabeça para governar. Aí, manda para cá uma reforma administrativa pífia que até agora nenhum líder de governo nem líderes da base do governo disseram quanto economizará. Estão fazendo uma lambança, como sempre fizeram, como estão fazendo com a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Imprensa Oficial, deputado Dalmo, e com tantos outros órgãos, como a Fundação João Pinheiro. É isto que o governo está fazendo: uma verdadeira lambança.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: não vou parar de colher assinaturas para a CPI, não. Não há prazo para colher assinaturas. Se for preciso, deputado João Leite, ficar aqui um ano colhendo assinatura, nós vamos ficar.

Por fim, presidente, quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa continua rasgando o Regimento Interno e realizando audiência pública para discutir segurança pública em Porteirinha. Depois vem aqui dizer que está cumprindo Regimento Interno. Gostaria que a Mesa desta Casa tivesse a mesma capacidade diligente de olhar os requerimentos sobre essas questões como fizeram com o meu requerimento que mandaram para a Comissão de Administração Pública. Espero que a assessoria da Mesa da Assembleia seja diligente, não deixe a Comissão de Segurança Pública tomar pernada e não deixe rasgarem o Regimento Interno desta Casa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, quero iniciar minha intervenção dizendo que a Comissão de Direitos Humanos realizou audiência na cidade de Porteirinha para discutir o problema da violência e da criminalidade, a pedido do prefeito Silvanei, que nos procurou e pediu que fôssemos à cidade para debater o problema da insegurança. Na verdade, o prefeito fez um recorte do que era mais preocupante, que eram os casos de homicídio.



Sabemos que o primeiro direito humano é o direito à vida. A Comissão de Direitos Humanos, no intuito de resguardar o principal direito que temos, que é o direito à vida, atendeu o pedido do prefeito e da Câmara de Dirigentes Lojistas e se fez presente no município. Fui acompanhado pelos deputados Carlos Pimenta, membro da nossa comissão, e Paulo Guedes, membro da Comissão de Segurança Pública. Entendo que nessa reunião não houve prejuízo da presença da Comissão de Segurança Pública porque havia um de seus membros presentes, que aliás foi autor do requerimento da realização dessa audiência na Comissão de Segurança Pública, aprovado nessa comissão. Na verdade, o deputado Paulo Guedes, num entendimento, numa construção coletiva, sem vaidade, aceitou nossa proposta de fazermos uma audiência unificada. Lembrando que o prefeito já havia pedido ao deputado Paulo e a mim a realização dessa audiência, nos unificamos e fizemos uma boa discussão. E os resultados, presidente, foram bastante promissores.

A Polícia Civil, a delegada regional, o chefe de polícia, o comandante da PM da região e a representação do Poder Judiciário se fizeram presentes. Saímos com encaminhamentos concretos, práticos, da atuação dessas corporações e do que devemos, como deputados e membros da comissão, encaminhar ao governo do Estado, à Secretaria de Defesa Social. Foi uma reunião extremamente positiva, com encaminhamentos e ações concretas.

Assim, quero agradecer à Polícia Civil de Minas Gerais, representada naquela audiência; quero agradecer ao comando da PM, representado pelo comandante do batalhão de Janaúba, que se fez presente; e a todas as instituições que trabalham no sistema de segurança. Faço esse agradecimento público à sociedade que se organizou, ao próprio prefeito Silvanei, prefeito atuante e preocupado com as questões do seu município, que foi fundamental para que tivéssemos a oportunidade desse debate. Não posso deixar de agradecer também ao deputado Paulo Guedes, majoritário na região, membro da Comissão de Segurança Pública, que contribuiu para fazermos uma audiência com sua presença e colaboração.

Feitos estes esclarecimentos, quero falar um pouco sobre o processo do governador. O governador virou obsessão de alguns deputados. Chega a ser quase uma questão de... Sei lá o que poderia dizer. Amor e ódio. Dizem que há uma linha tênue entre amor e ódio. Há pessoas que citam mais o governador Fernando Pimentel que eu, que sou vice-líder do governo dele nesta Casa. Às vezes fico até constrangido, acho que deveria citá-lo mais. Para não ficar atrás e não fazer feio, presidente, vou citar duas ações do governador nesta última semana, que merecem nossos aplausos. A primeira aconteceu em Ipatinga, onde o governador fez a entrega de diversos veículos para a saúde, para que os municípios melhorem seu atendimento. Não estou dizendo que o governador tem como principal política de saúde a distribuição de veículos. A principal ação do governo, além da retomada das obras dos hospitais regionais, é a criação dos Centros de Especialidades Médicas – CEMs –, que o governador está estabelecendo nas cidades-polo, para que ninguém tenha que andar mais que 80 quilômetros, 100 quilômetros para receber atendimento especializado.

O governador Pimentel, atuando nessa área, fez entrega dos veículos. Presidente, pense bem, Minas Gerais é um Estado muito grande, 853 municípios. Temos uma dimensão geográfica extremamente extensa. Sabemos que, para os municípios menores, para municípios de 3 mil, de 5 mil habitantes, manter uma estrutura hospitalar é muito caro. Não conseguem manter. O que temos de fazer? Que o município menor consiga atender a chamada atenção básica da saúde, o atendimento básico, através de suas equipes da saúde da família, do programa Mais Médicos, das UBS.

Os municípios precisam criar os consórcios, as pactuações para terem condições de transporte adequado, para que possam deslocar pacientes para as cidades-polo, onde são oferecidos os atendimentos de média e alta complexidades. Essa distribuição de veículos foi muito importante nesse sentido, para que o governo de Minas ajude os municípios nessa demanda da área da saúde.

Hoje fizemos a entrega de cerca de 200 ônibus, micro-ônibus escolares. O deputado Dirceu esteve conosco. Fizemos a entrega com centenas de prefeitos. Outros deputados da Casa também passaram por lá, um importante evento, muito concorrido: as pessoas querendo tirar fotos com o governador, querendo falar com o governador. O governador, deputado Dirceu, não sei se V. Exa. se lembra, no momento em que foi chamado pelo cerimonial foi aplaudido de pé pelo público, que lotava o plenário. Então, o que acontece é o contrário do que alguns deputados estão dizendo aqui. Vou pedir ao governador



que mande uma foto dele para o gabinete do deputado. O governador, pelo contrário, é muito prestigiado. O governador tem sido procurado por nós. Os deputados da base têm feito um grande trabalho.

Claro que aqui eles querem passar a impressão para o eleitor, para o cidadão de que o governador Pimentel se encontra numa situação muito difícil e complicada. Defendem a abertura de CPI. Acho extremamente temerário esse debate e criar aqui uma CPI no momento. Não cabe, não é oportuno, porque as informações ainda estão correndo em relação ao processo do governador. Acredito que os que fazem o movimento para constituição de CPI estão pensando mais no desgaste político que necessariamente na elucidação de fatos, sendo que uma série de fatos ainda estão sob a responsabilidade do Poder Judiciário, do Ministério Público.

Também é importante divulgarmos uma nota. A assessoria jurídica do governador tem respondido a alguns ataques. O próprio advogado Eugênio Pacelli disse que parte das provas referentes ao processo do governador foram omitidas de forma irregular, por terem sido autorizadas por um juiz federal de 1ª instância. O caso deveria estar no STJ, por se tratar de investigação envolvendo um governador. A polícia omitiu ao juiz que o verdadeiro alvo da investigação era o governador. Se o juiz soubesse disso, já teria mandado para o STJ. Diante disso, ele emitiu um mandado de busca e apreensão, por exemplo, quando tudo deveria ter sido feito pelo próprio STJ. Por isso uma série de provas deverá ser anulada. Vemos vários vícios dentro do processo a que responde o governador Pimentel.

Também foi feita investigação clandestina por parte dos policiais federais que acompanharam o caso. Na semana passada ou retrasada, o que vimos? O STF decidindo remeter o processo contra o governador Pimentel à corte do STJ. Na prática, a decisão tirou o processo das mãos do relator, Herman Benjamin, paralisou o trâmite da ação, que poderia levar ao afastamento do cargo do governador, até que o Plenário do Tribunal decida se aceita ou não a denúncia contra o governador. Temos jurisprudências que tratam dessa questão do acolhimento da possibilidade de afastamento. Nesse sentido, tenho a compreensão, como outros deputados, de que esta Casa deverá pronunciar-se sobre a matéria, salvo melhor juízo.

Quer dizer, para aqueles que são mais atentos, as respostas, até o presente momento, das denúncias contra o governador e da situação em que se encontra o seu processo estão sendo respondidas por sua assessoria jurídica. Não vejo calor, acolhimento, não vejo clima entre os colegas deputados para essa discussão de criação de uma CPI neste momento. Temos de ter cuidado, pois nem sempre no País o fato de o sujeito ser acusado necessariamente quer dizer que ele é responsável e tenha cometido o crime. Temos de tratar isso com certo cuidado, porque senão todos aqueles que em algum momento forem acusados – e amanhã pode acontecer até comigo – teremos um coro de parcela de deputados ou um coro de parcela da imprensa e de setores da sociedade dizendo que somos automaticamente condenados, sem que haja o devido julgamento, o amplo direito de defesa e a conclusão com o julgamento final do caso e da ação. É isso que estamos dizendo.

Mas, o governador não percebe a preocupação, como alguns querem traduzir aqui. O governador Fernando Pimentel está muito tranquilo, trabalhando, dando conta de tocar o Estado num momento de muita turbulência econômica, turbulência financeira, uma turbulência política forte. Costumo dizer, presidente, que o bom navegante não é aquele que consegue tocar o barco quando o mar está calmo, mas o que consegue fazer a embarcação chegar ao seu destino ainda que sob forte tempestade, e isso estamos vendo acontecer em Minas Gerais. Ainda vamos esquecer as conquistas.

Neste um ano e meio de mandato do governo Pimentel – e vou repetir isso nos quatro anos de mandato –, tivemos a conquista histórica na educação, e os professores comemoram até hoje. Na semana passada, tivemos a publicação de centenas de aposentadorias de pessoas que aguardavam há vários anos para ter esse direito garantido. Tivemos a convocação de centenas, de milhares de profissionais, este ano, do último concurso público. Estamos cumprindo o acordo que foi feito com o sindicato dos trabalhadores da educação. Então, sempre devemos nos lembrar disso, foi histórico. O governador tem cumprido esse acordo que foi feito com os professores.

Outra coisa que temos de destacar é o processo de regularização fundiária. O governo também, na semana retrasada, entregou lá em Minas Novas mais 350 títulos da regularização fundiária. Ao todo, vamos chegar em cerca de 1.500 títulos entregues. Isso é mais do que foi feito nos últimos anos em Minas Gerais. Isso é importante, porque aquele que tem a posse



tem de ter a titularidade e, para ele fazer uma movimentação da sua propriedade, ele precisa ter o registro, inclusive, para alguns modelos de financiamento. É uma importante ação que o governo também vem desempenhando.

Já citei aqui a questão do Centro das Especialidades Médicas – CEM – e tenho falado da retomada de obras importantes nas escolas do Estado. Até o final do ano passado, tivemos a liberação de mais de R\$300.000.000,00 para a retomada de obras, para reformas das escolas do Estado. Já falamos dessa semana, semana importante de conquistas – os prefeitos sabem disso – referente à entrega dos ônibus, das ambulâncias e dos veículos para a saúde, e o governo quer ir até o final do mandato. Quando falamos da saúde, também há uma inovação, que são as aeronaves e os helicópteros, que são de multiuso para a Polícia Militar, para o Corpo de Bombeiros e também para a saúde, para o Samu, para a Rede de Urgência e Emergência. O primeiro já foi adquirido lá na cidade de Varginha, e a deputada Geisa está aí e não nos deixa mentir. Varginha recebeu o primeiro helicóptero, que vai, inclusive, atender à saúde.

Hoje nós vimos, deputado Dirceu, o governador contar que 15 pessoas tiveram sua vida salva, porque havia uma aeronave disponível para prestar socorro no atendimento de urgência e emergência. Teremos, até o final do mandato, deputado Bosco, essas aeronaves disponíveis, e, se Deus quiser, em todas as regiões em que temos a Rede de Urgência e Emergência organizada. As coisas estão acontecendo. O governador está no caminho certo, ele tem trabalhado e mostrado serviço.

Aqui na Assembleia, a gente percebe que a maioria dos deputados está preocupada em responder, em resolver os problemas de Minas Gerais. Essa disputa política que alguns tentam estabelecer aqui, se não for feita com um certo cuidado, impedirá, inclusive, que a Casa ande. Quando alguns deputados questionam, por exemplo, a reforma administrativa, eles estão em seu papel, estão corretos, mas eles não podem se esquecer de que, desde a vinda da mensagem para a Casa e durante o período de tramitação nas comissões, várias mudanças foram acolhidas. Eu mesmo presidi uma audiência pública com a presença do Sistema Socioeducativo, em que acolhemos a proposta desse segmento, e o socioeducativo vai ficar na Secretaria de Segurança Pública. Não há problema. O governo é de diálogo, e a gente vai construindo as propostas, a gente vai construindo junto com a sociedade e os servidores os caminhos. É evidente que vai chegar um determinado momento em que não será possível atender plenamente o que se reivindica, mas teremos o ambiente para negociação, para que tentemos outras propostas. Não tenho dúvidas disso. Foram diversas propostas, que até o presente momento chegaram e foram acolhidas.

Para encerrar, quero dizer que sou otimista em relação às perspectivas do nosso Estado de Minas Gerais. Confiamos na Justiça.

Tenho certeza de que a justiça será feita em Minas Gerais, o governador prestará todos os esclarecimentos, como vem fazendo, e teremos a conclusão desse processo na lógica do Estado Democrático de Direito. Teremos tranquilidade para acabar de governar Minas, entregar as devolutivas dos fóruns, ampliar os centros de especialidade médica, continuar reformando as escolas. Estamos fazendo um importante debate nesta Casa sobre o Plano Estadual de Educação. Sempre há pessoas que enxergam o copo meio vazio e tentam a sobrevivência política em cima disso. Nós não: achamos que os problemas existem, serão enfrentados, mas, acima de tudo, com coragem e compromisso para dar as respostas de que o povo precisa.

São nossas palavras de hoje, presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Primeiramente, saúdo meu irmão e líder Hely Tarquínio, médico dos pobres de Minas Gerais, figura querida na Assembleia Legislativa, meu primeiro voto para a Mesa desta Casa. Tenho a alegria de estar junto com o Hely há muitos anos. Queridos companheiros deputados Sargento Rodrigues, Mourão, Gustavo Corrêa. Alguns dizem: “É preciso responder ao que o deputado disse”. Eu não respondo mais. Prof. Bandeira, dá para responder a um partido que acredita que Che Guevara foi herói e que Cuba é uma democracia? Não dá para fazer um debate sério com quem acha que a União



Soviética era a solução do mundo, que Stalin foi o cara. Não dá para entrar num debate com alguém que acha que o governador está tranquilo, que não há problema algum. Nossos policiais nas ruas recebem de três vezes, assim como os servidores públicos. E o governador está tranquilo, claro. Está num Citation, não sei mais o quê. Um monte de gente está pegando carona com o governador. Não dá. Ele está tranquilo. Dizem que houve um desastre outro dia em Poços de Caldas. Ele não fala com a imprensa, não conversa com as pessoas nas ruas. Mas dizem que está tranquilo. Eles não querem que paralisem a Assembleia. É preciso paralisá-la. Como podemos votar o fim do desenvolvimento econômico em Minas Gerais? O governador está propondo o fim da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Como votar essa proposta? Não dá para levar a sério pessoas assim. Está tranquilo demais. Não posso falar, mas o deputado Sargento Rodrigues está com uma lista de pessoas que estão pagando para viajar com o governador. O governador já tem avião, mas aluga outra aeronave da Líder Taxi Aéreo. Vamos conhecer quem vai com ele nesse avião. Ele está tranquilo demais. Depois, vemos as conquistas do seu governo. Ah, gente, isso é brincadeira. Sabem quais são as conquistas? Utilizar R\$4.000.000,00 para pintar as Farmácias de Minas de vermelho. Quando o deputado Gustavo Corrêa fizer aparte dirá se o governador entregou algum ônibus escolar. O deputado Sargento Rodrigues também. Na minha base eleitoral, nas cidades, não. Agora os ônibus também são pintados de vermelho. Prof. Bandeira, o PT pinta os ônibus escolares de vermelho. Para quê? É um torcedor colorado, não é? A Farmácia de Minas tem de ser vermelha, o ônibus escolar tem de ser vermelho.

Parece que os alunos da escola da prefeitura ou do deputado do PT são diferentes dos alunos da escola dos deputados do PDT, do Democratas, do PSDB. É totalmente diferente do que era no governo anterior, quando era para todos. Agora tem de ser vermelho, tem de estar pintado de vermelho para ganhar alguma coisa em Minas Gerais.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) – Deputado João Leite, agradeço-lhe, pois, diferentemente do deputado que me antecedeu, V. Exa., de forma democrática, permite exatamente, independentemente de divergências político-partidárias, tecer um comentário aqui que não vai, confesso, passar de 30 segundos.

Confesso que fiquei 12min30seg aqui, deputado Durval Ângelo, esperando um aparte do deputado do partido de V. Exa., mas o mesmo imaginou, possivelmente, que eu faria ataques ao governador, então fingiu que não viu este parlamentar. Tudo bem.

O que eu quero aqui apenas dizer, deputado João Leite, é que, às vezes por falta de conhecimento até, o deputado que me antecedeu começou o seu pronunciamento dizendo que há deputados aqui na Casa que citam mais o governador Fernando Pimentel do que ele mesmo, que é vice-líder do governo. Vou, inclusive, solicitar à Mesa que pegue as gravações da TV Assembleia dos últimos 12 anos, o que mostrará que há um outro parlamentar, do mesmo partido desse deputado que antecedeu V. Exa., que citava o senador Aécio e o governador Anastasia mais do que todos os deputados do bloco de situação. Determinado parlamentar fazia questão de falar o nome dos senadores Aécio e Anastasia, no mínimo, umas 10 vezes por dia. Virou, inclusive, objeto de questionamento de alguns parlamentares se existia algum amor doentio entre aquele parlamentar, o senador Aécio e o governador Anastasia.

Então, quem sabe, até por falta de conhecimento, esse deputado fez essa acusação e esse comentário. Vou pegar as imagens da TV Assembleia e encaminhar ao gabinete desse deputado para que ele veja que havia deputado do seu partido que citava exatamente o nome desses governadores a que acabei de me referir. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Gustavo Corrêa. V. Exa. está inscrito e daqui a pouco vai falar. Queremos também apartear-lo, deputado, pois temos de dar várias explicações. Por exemplo, o deputado que nos antecedeu disse que acabou, foi congelado o processo contra o Pimentel. Estamos com os dados aqui. A única coisa que aconteceu foi a devolução para o STJ, pois há um embargo lá. Ele nem quis discutir a questão do *habeas corpus*. O governador do Estado de Minas Gerais está pedindo *habeas corpus*. Por que alguém o pediria?

É importante dizer, para ficar bem claro, que quem pediu o *impeachment* da presidente Dilma foi Hélio Bicudo. Conheci, no movimento de direitos humanos, o jurista, a pessoa respeitada que é Hélio Bicudo. O art. 92 da Constituição do Estado de Minas Gerais diz que o governador denunciado por crime comum, e o governo o está, se for recebido pelo STJ, independe de www.almg.gov.br Página 23 de 31



o Parlamento de Minas Gerais ser ouvido para ser suspenso. Aqui está o relator da Constituição do Estado de Minas Gerais, deputado Bonifácio Mourão, que acatou uma emenda da deputada Sandra Starling. Então, o que está acontecendo no Brasil até hoje foi o PT que fez, assim como o *impeachment* da Dilma. Gostam de falar em Temer. Não votei nele. Votei em Aloysio Nunes Ferreira. Quem votou nele foi o PT. Então, o que está acontecendo no País agora e em Minas Gerais foi o PT que fez.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado João Leite, fiquei impressionado assistindo ao deputado que antecedeu V. Exa., que estava numa tranquilidade. É do mesmo partido do governador. Ele tinha de sair em defesa do governador, mas disse numa tranquilidade, como se não estivesse acontecendo nada, deputado Bonifácio Mourão.

Olhe, isso me fez lembrar, deputado Gustavo Corrêa, a Dilma, que criou o Minha Casa, Minha Vida, um belíssimo programa. O Pimentel criou o minha quitinete, minha vida, para guardar R\$12.000.000,00 de propina.

O deputado vem aqui tranquilo, diz que está tudo bem, fala que o governador vai prestar explicações; fala que vai tirar uma foto do governador e mandar para o gabinete do deputado. Olhe, tire logo, porque daqui a pouco vai tirar foto do governador com macacão listrado. O deputado, obviamente, por ser do partido do governador, não quer nem pegar aquelas 7 mil páginas da Operação Acrônimo e olhar. Se ele olhar, Mourão, irá descobrir muitas coisas, irá dizer: “Nossa, há muita coisa aqui contra o governador”. Ele vai ver que há coisa demais.

Deputado João Leite, já ouviu aquela expressão coloquial: batom na cueca? É pior. O governador trocou mensagem do seu próprio celular, mas o deputado vem aqui falar que não está acontecendo nada. Bom, R\$12.000.000,00 foram guardados em uma quitinete, dinheiro de propina, e não está acontecendo nada. Ora, deputado, me ajude. Tenha mais respeito com a inteligência alheia. O governador tem de passar pelo devido processo legal. Podem falar: “Ah, porque se não pode acusar qualquer um aqui”. Não é uma simples acusação. O governador está sendo acusado de ter recebido R\$41.500.000,00 de propina, R\$20.000.000,00 só da Caca. O governador do Estado está sendo acusado de receber isso de propina pelo seu testa de ferro, deputado Bonifácio Mourão. Não é o deputado Bonifácio Mourão quem o acusa, não é o deputado João Leite, não é o deputado Sargento Rodrigues, não é o Gustavo Valadares, é o seu testa de ferro. E falam que não está acontecendo nada, deputado João Leite.

Agora V. Exa. já sabe do novo programa de Minas Gerais: minha quitinete, minha vida. Tiveram de alugar uma quitinete para guardar R\$12.000.000,00 de propina. Realmente o governador está tranquilo, está muito tranquilo. Eu estou tranquilo, deputado João Leite. V. Exa. também está tranquilo. Sabe por quê? Porque quem está respondendo por esse barulhão todo do ponto de vista penal é o governador.

Essa história de art. 92, do Itamar... Deputado Bonifácio Mourão, no caso do Itamar foi crime contra a honra. É calúnia, difamação, é crime contra a honra. Não é crime contra o erário, deputado Bonifácio Mourão. Não foi dinheiro levado do poder público. Querem fazer uma mistureira para enganar a opinião pública e principalmente a imprensa. O governador está enrolado, está muito enrolado. Tenho certeza de que ele não sai tão cedo desse desembaraço. Na delação e nos autos da Acrônimo – o deputado que antecedeu V. Exa. não sabe –, há cinco inquéritos, dos quais o governador é investigado em quatro. Apenas em um deles ele não foi denunciado. Talvez o deputado precisasse conhecer um pouco mais a esse respeito. O governador está muito enrolado, está muito enrolado com o dinheiro da propina que ele recebeu. Parabéns a V.Exa.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues, como sempre contribuindo para dar mais consistência à nossa manifestação. Meu tempo está se encerrando. O deputado Dilzon Melo se aproxima do microfone. Serei obrigado a lhe conceder um aparte, dada a liderança que tem sobre mim.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Obrigado, deputado João Leite. Estava na cantina e fui interpelado por um amigo. Ele disse: “O Dilzon com oito mandatos não conseguiu um helicóptero para Varginha, e agora esse governo em pouco tempo e com uma deputada representando Varginha recebeu o helicóptero”. Agradecemos muito porque realmente o Corpo de Bombeiros precisa de helicóptero. Nossa região contribuiu com 14,8% do PIB, mas não recebe nada de volta, recebe menos de 7%.



Queria dizer que, além de o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar agradecerem o helicóptero, eles agradeceriam também se tivessem instrumentos de trabalho, pois não têm escada, não têm caminhão e não têm lancha para atender a região abastecida por água, como Boa Esperança. Eles mereciam muito mais. Fico preocupado, porque o governador deixou de comprar carteira escolar por R\$110,00 e comprou por R\$220,00. Também fico preocupado com esses helicópteros que são comprados, porque são de grande volume, grande expressão, grande montante. Podem ocorrer muitos problemas oriundos dessas compras.

Agradeceríamos muito se o governo se lembrasse de pagar o hospital regional de Varginha, que, há muitos meses, não recebe urgência e emergência e que é conveniado com o governo do Estado. Quem sabe agora que trocaram todo o corpo diretor do hospital regional, simplesmente porque tinha sido indicação do deputado Dilzon Melo, que estava fazendo um belo trabalho, e que colocaram o PT carimbado de cima a baixo, paguem a dívida do hospital. Quem sabe a nossa população tenha um atendimento mais adequado. Quem sabe a nossa população receba do Estado o atendimento que o Sul de Minas não recebe. Estão desafiando o Sul de Minas. O governo não mandou nada para lá; simplesmente inaugurou uma UPA, que já estava pronta no nosso governo e que era para ser inaugurada nas eleições e que não permitimos que fosse. Mas, em janeiro, logo que tomou posse, foi com toda pompa inaugurar a UPA de Varginha, que atende à região, naquela demonstração de opulência e de poder, coisa que não tem.

Gostaria que voltassem os olhos para os mais necessitados, porque ter um helicóptero é muito bom, mas a saúde pública e o atendimento dos mais desvalidos clamam por socorro.

O deputado João Leite* – Espero, querido irmão, querido amigo, não gastar esse minuto, até porque sei que teremos a fala do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que tratará da questão do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. O deputado Dalmo Ribeiro Silva, historicamente, nesta Casa, defende o empreendedorismo, a geração de emprego, as empresas mineiras. Estou muito incomodado com essa questão; com a proposta de extinção da ouvidoria, nascida no coração do Líder Durval Ângelo, historicamente, nesta Casa; com as questões em relação à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais. Então, quero ouvir o deputado Dalmo e, se possível, aparteá-lo. Muito obrigado, querido irmão Hely Tarquínio.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, caríssimo presidente, Dr. Hely, que preside, mais uma vez, os trabalhos desta tarde. Caríssimos deputados, deputadas, TV Assembleia, amigos que nos acompanham das nossas galerias, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reflexão sobre vários pontos importantes do nosso Estado de Minas Gerais. Quero me referir, primeiramente, às estradas estaduais. Os jornais da semana passada publicaram o *ranking* das estradas estaduais do Brasil, e ficou demonstrado claramente, por meio de um levantamento feito pela CNTT e por vários órgãos que estão percorrendo todo o Estado, que, lamentavelmente, o Estado de Minas detém a pior malha viária do Brasil. Sabemos que a malha viária do Estado de Minas Gerais é a maior do Brasil, mas nem por isso tem o direito de ser a pior. Pior quando falamos em todo o Estado, em todas as regiões.

Quero fazer uma reflexão, mais uma vez, a respeito do nosso Sul de Minas, particularmente iniciando pela BR-290, que liga Pouso Alegre à divisa de São Paulo. O governador Pimentel prometeu, durante a sua campanha, se eleito fosse, priorizar, num primeiro momento, a estrada 290 quanto às suas condições de trafegabilidade, acesso e acostamento.

Depois de praticamente mais de um ano e meio, nenhuma ação foi feita. Não temos radares, a balança está funcionando precariamente, mas não houve nenhuma ação concreta.

Temos também a nossa rodovia, que o deputado Dilzon Melo conhece bem, a qual liga Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal. São 7km, projeto aprovado, anunciado, cantado em prosa e verso, mas até hoje não saiu do papel. E tantas outras estradas do Caminhos de Minas, e nada foi contemplado, pelo contrário, há obras paralisadas, sem nenhuma esperança para a nossa região. Principalmente no programa Caminhos de Minas, quando foi anunciado o Módulo III, mas nada teve avanço, ficando no papel.

A propósito, deputado Dilzon Melo, já temos um requerimento na Comissão de Transporte e Obras Públicas para debater. Quero conhecer de perto, vamos trazer as associações de prefeitos da nossa região e de outras do Estado, indistintamente, para debater a precariedade das nossas rodovias, das nossas malhas viárias. Como viajo muito pelo Sul de Minas, tenho notado a falta de manutenção, que tem sido a tônica de acidentes com vítimas. A toda hora, a todo momento, principalmente saindo de Itajubá, chegando ao Vale do Paraíba, não há nenhuma manutenção em uma rodovia como a minha, a MG-290, onde passam de 8 mil a 9 mil veículos por dia. Não há atenção nem olhar de responsabilidade do governo em relação a essas rodovias.

Outro ponto é que o governo lançou, há poucos dias, o decreto das PPPs. Isso já está marcado para a próxima semana, e os deputados precisam conhecer como as PPPs funcionarão. Sabemos que isso deve sair do papel, vários eixos das PPPs foram anunciados pelo governo, na segurança, na saúde, nas rodovias, na educação. Quero ouvir a secretária de Educação na semana que vem. Estamos convidando os prefeitos e as associações microrregionais para saber em qual região será iniciado. Sabemos a quantas questões precisamos dar atenção.

Também precisamos discutir as questões de segurança pública, são eixos que fazem parte das PPPs, mas não se pode ficar no decreto exclusivamente com uma canetada do governador. Deputado Mourão, precisamos levar esse decreto das PPPs para sua querida Governador Valadares. Precisamos mostrar quais são os pontos necessários para se debater, os projetos estruturadores, abertamente. Somente segurança? Vamos realizar obras na educação? Em quê? É preciso ouvir a população e a região. Quero convidar todos os caríssimos deputados para termos essa audiência produtiva. Todos estão convidados, todos os secretários de Estado que fazem parte desse eixo das PPPs. Sabemos da importância das PPPs, e já debatemos aqui essa questão no ano passado. Com certeza contribuiremos para esse importante debate.

Outra questão, muito bem colocada pelo deputado João Leite, é que, há poucos dias, cumprimos mais uma etapa em defesa da nossa Imprensa Oficial. A Imprensa Oficial, com 125 anos, com Carlos Drummond de Andrade, em Ouro Preto, e Murilo Rubião, agora está se extinguindo. São 125 anos de história da nossa querida Imprensa Oficial, de responsabilidade de tantos que sonharam, como Tiradentes. Aliás, deputado Mourão, já existe na Casa um projeto de nossa autoria, na Comissão de Constituição e Justiça, declarando a Imprensa Oficial patrimônio cultural imaterial do Estado de Minas Gerais. Já há parecer pela constitucionalidade, e agora a própria comissão já emitiu parecer favorável, dada a relevância dessa importante Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Quero defender com unhas e dentes, deputado João Leite, aqueles que estão no bojo dessa reforma administrativa que não nos leva a lugar algum, e usar esta tribuna a todo momento para dizer que os mineiros não concordam com o que se pretende fazer não somente com a Imprensa Oficial, mas também com nossa ouvidoria, ouvidor dos mineiros, tão importante para reestabelecer o direito de cada um. Não vamos confundir ouvidoria com controladoria. Temos de discutir e debater.

Mas, não obstante todas essas questões que nos têm trazido tantas inquietudes, extinguíram a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Particularmente, como presidente da Frente Parlamentar da Indústria Mineira, tenho recebido milhares de comunicações dos pequenos, médios e grandes empresários lamentando essa extinção. É a porta de entrada dos empresários que será fechada. Agora, vamos bater em que porta? O empresário precisa trazer para cá sua atividade para gerar emprego e renda, com aquilo que vai produzir, com a planta que será edificada.

Tenho várias considerações a fazer, pois a pauta é longa, mas não poderia ser indelicado e deixar de ouvir meu querido amigo deputado Bonifácio Mourão e o deputado Dilzon Melo, que certamente vão abrilhantar e enriquecer nossa fala.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é um grande prazer apartear V. Exa., que faz uma abordagem extremamente importante partindo das condições das estradas no território de Minas Gerais. Aproveitamos para lembrar a situação da BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, ou melhor, Belo Horizonte a Belo Oriente, já que o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff não se lembrou de Governador Valadares em seu projeto, deixando com que o projeto fosse apenas até Belo Oriente – dali até Governador Valadares são apenas melhorias. Fazendo pouco-caso,



esquecendo-se ou olvidando de propósito não só do Município de Valadares, mas dos outros além dele, a partir daquele ponto deixam a rodovia completamente estrangulada.

Além dessa consideração, quero lembrar, neste aparte que V. Exa. nos concede, que amanhã, dia 15, o STJ, por sua corte especial de 15 ministros, poderá julgar se vai receber ou não a denúncia do Ministério Público Federal sobre o governador Pimentel. Naturalmente, tudo vai depender do julgamento do STJ, que pode entender que é necessária a autorização da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Se o STJ acatar a redação do art. 92 da Constituição Mineira, que vigora desde 1989 – portanto, há 27 anos – sem nunca ter sido alvo de qualquer ação direta de inconstitucionalidade; se o STJ entender que esse artigo, que está vigorando, precisa ser respeitado; se o STJ entender que os estados brasileiros têm autonomia para legislar e, portanto, autonomia para elaborar a sua Carta Maior, como é a nossa Constituição Mineira; se o STJ, por sua corte especial, tiver esse entendimento, certamente vai receber a denúncia e suspender o mandato do governador Pimentel.

Se isso acontecer, se o mandato for suspenso sem a autorização da Assembleia, vamos aliviar esta Casa de um processo tumultuoso. Se esse processo vier para cá, toda a imprensa brasileira estará neste Plenário acompanhando de perto a votação dos deputados, e certamente também a população de Minas Gerais estará aqui representada, com essas galerias lotadas. A meu ver, seria uma situação extremamente delicada para esta Casa. Então, estamos aqui para lembrar que esse julgamento poderá acontecer amanhã, pois já está na ordem do dia.

Queremos agradecer a V. Exa. e lembrar as suas palavras a respeito dessa reforma administrativa que aí está, que, a nosso ver, não soma absolutamente nada para Minas Gerais. Aliás, prejudica. E prejudica, em muito, porque a reforma é um projeto, a nosso ver, que foi mal preparado. Não houve um estudo, uma pesquisa profunda sobre seus efeitos; e se trata de uma reforma de grande profundidade, que, com certeza, demanda estudos cuidadosos por parte desta Casa para que não se prejudique Minas Gerais mais ainda.

Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Finalizando, quero, mais uma vez, demonstrar a minha preocupação com a reforma administrativa. Já temos marcadas audiências para as próximas semanas. Queremos debater também os efeitos da extinção da Ruralminas. Olhem quantas e quantas questões têm prejudicado, têm perturbado não somente os funcionários, os servidores, como toda a população. Sabemos da importância hoje do agronegócio. Sabemos do papel importantíssimo que a Ruralminas tem desempenhado no projeto Jaíba em todo o Estado de Minas Gerais. Então temos de debater. Temos de discutir muito. Temos de apresentar, com certeza, reflexões nesse sentido, para que a reforma, acima de tudo, não seja aprovada por esta Casa, e conseqüentemente seja restabelecida a ordem dos direitos maiores do povo mineiro.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Estou aqui só para que se comece a contar a primeira reunião da questão do veto, porque entendo que os argumentos de três ordens que usamos estão bem claros. Fomos além das razões aduzidas pelo próprio governo do Estado. A primeira ficou evidente: a emenda tem vício de iniciativa, pela competência exclusiva, garantida pelas Constituições Federal e Estadual, do Poder Executivo de legislar sobre essa matéria.

No segundo aspecto, citamos decisões do Supremo que corroboram essa tese à exaustão: as despesas. Alguém vai dizer, como o próprio deputado Dalmo, que os servidores que permanecerão serão os mesmos. Só que eles vão permanecer de forma definitiva, não de forma temporária. Então, está evidente a questão das despesas geradas. Além do mais, há vantagens inerentes ao exercício do cargo efetivo que são maiores do que o exercício do cargo temporário, como só contratado pelo Estado. Então, aí já seria um segundo aspecto. Citamos decisões do Supremo que deixam bem evidenciado que há, sim, aumento de despesas.

Finalmente, trouxemos à lide uma questão importante, uma decisão recente, de 18/11/2014, em relação a servidores públicos do Estado de São Paulo. Nessa decisão havia claramente uma emenda de parlamentar da casa legislativa desse



estado. Aproveitavam servidores submetidos a processo seletivo como se tivessem feito concurso público, dando o provimento da efetividade desses servidores – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.186. A assembleia legislativa de lá derrubou o veto do governador; o próprio Poder Executivo, o governador Geraldo Alckmin recorreu, e o ministro Marco Aurélio entendeu que não havia como sustentar processo seletivo como se fosse concurso público. Penso que as questões têm uma evidência muito grande.

Quero deixar bem claro que nessas questões há divergências entre duas representações sindicais, apesar de não ser um corpo docente muito extenso. Duas representações sindicais na Uemg têm compreensões diferentes. Uma quer o aproveitamento do processo legislativo, e outra defende que deve haver concurso público. Temos de deixar bem claro que a própria Unimontes fez concurso público para todos os cargos, entendendo que deveria se submeter a esse princípio do concurso público.

Aqui reitero a minha admiração pelo deputado autor da emenda. Mas conversei com ele antes da votação e lhe disse que hoje há uma comissão formada pelo Ministério Público, pelos servidores que estão nessa situação da função pública, do processo seletivo interno e por representantes do governo. Estão caminhando para um consenso de considerar que não houve processo seletivo, que os princípios que regeram aquela seleção foram como os do concurso público, pois foi dada ampla publicidade, foi formada uma mesa, como se determina no ingresso no magistério de 3º grau. E disse também que com essa emenda estão confessando um erro, estão dispondo que servidores que fizeram processo seletivo sejam considerados como tendo feito concurso público.

Dito e feito. Aprovamos aqui, e no dia seguinte o Ministério Público se retirou da comissão de negociação. Isso falei para vários servidores da Uemg que nos procuraram. Disse que essa emenda seria a pá de cal na reivindicação deles, porque, na realidade, estavam admitindo que houve processo seletivo, quando o correto seria ter havido concurso público.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – já estamos juntos há cinco mandatos – sabe muito bem que comentei isso com os servidores. Portanto, o nosso parecer é em função dessa questão, dessa flagrante inconstitucionalidade. Sou professor de 3º grau também, sei que a única forma de ingresso é por concurso público, sei das dificuldades que esses servidores têm hoje. Mas sei que muitos estão recorrendo à Justiça, e é evidente que, se alguém tiver qualquer vitória na Justiça, será considerada pelo governo, mas não podemos ir além.

Ao mesmo tempo vem a grande questão. No caso de 93 mil servidores de 1ª a 8ª séries, de ensino médio, ou seja, de toda a educação chamada básica, que é a fundamental mais a média, houve esse tratamento. Por que agora vamos ressuscitar a Lei nº 100 novamente? Ela foi declarada flagrantemente inconstitucional por 11 votos a 0 no Supremo. Por que os outros servidores não seriam contemplados com isso? É uma profunda injustiça e desigualdade; daí, devemos ter o mesmo atendimento.

Só quis fazer esse registro, apesar de estar claro no voto, para que a reunião de hoje já começasse a contar para quórum no número das quatro reuniões em que o veto deve ser discutido. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 16/6/2016

O deputado Dilzon Melo – Boa tarde, boa tarde aos que nos acompanham através da TV Assembleia, presidente Ulysses Gomes. Hoje uso esta tribuna não para falar de governo, não para falar de mazelas, não para falar de desemprego, não para falar de retrocesso, mas para falar de uma pessoa extraordinária, um assunto bem melhor do que falar de governo: falar de Hélio Garcia. Embora um pouco atrasado nesta minha fala como presidente do PTB, hoje faço a leitura de um comentário escrito por Carlos Eduardo Orsini, que foi secretário de Assuntos Internacionais do governo Hélio Garcia, e também



a pedido de diversos correligionários, amigos íntimos de Hélio Garcia, como Romeu Queiroz, Zé Militão e outros que tiveram a felicidade de conviver com ele. (- Lê:)

“Objetividade. Simplicidade. Delegação. Cobrança. Com estas quatro palavras se define bem a forma do Dr. Hélio Garcia de administrar. Sem necessitar de planos mirabolantes com excesso de tecnocracia e burocracia, pôde gerir essa máquina complicada que é o Estado de Minas Gerais. Mas, para que tudo isso pudesse acontecer, soube escolher seus comandados, livre de injunções políticas ou de qualquer tipo de 'QI', aquele famoso “quem indica”.

Com objetividade, sabia muito bem orientar o planejamento, recursos financeiros, programação e execução de projetos.

Aliás, esses projetos já vinham sendo elaborados em sua cabeça, mercê de uma perfeita sensibilidade política e convívio com seu povo.

Não havia estudos complexos nem avaliações extemporâneas, pois o Dr. Hélio tinha conhecimento de tudo o que se passava no Estado nas mais diversas épocas de sua história.

A simplicidade, que compunha o seu jeito de ser, funcionava como facilitador de todos os processos. Reuniões singelas com os colaboradores identificados com os projetos eram suficientes para possibilitar as orientações necessárias, evitando qualquer tipo de disputa interna, provocações de ciúmes ou outros tipos de complicações. A missão ou o recado eram dados de forma clara, simples e objetiva.

Delegação sempre foi a característica de Hélio Garcia administrar. Com delegação, gerava a natural confiança, a responsabilidade quanto à conduta, que resulta sempre na ética e no respeito. Da mesma forma que os seus colaboradores o respeitavam, de outro lado Hélio Garcia respeitava a forma com a qual os projetos eram elaborados e processados.

Por fim, fechando essas quatro características pessoais de Hélio Garcia, a cobrança nunca era deixada de ser feita. Possuidor de uma memória incrível, sabia cobrar na hora certa. Dessa forma, tudo contribuía para melhoria contínua da sua *performance* no governo com realizações que ficaram na história de Minas.

Assim foi Hélio Garcia em sua trajetória de racionalidade e eficácia nos negócios do Estado. Sentiremos muito essa falta. Nossa saudade, dos seus companheiros.”

Quero também manifestar em nome do PTB, do qual sou presidente estadual, as nossas condolências a toda a família por essa perda irreparável. Morreu dentro, filiado no PTB, partido que abraçou com serenidade para comandar o Estado de Minas Gerais por um mandato. Tivemos a felicidade de conviver com ele em seu governo. Levava-o para o interior, e ele, passando a mão na cabeça dos seus amigos, dos seus deputados, dizia: “Menino, temos de ter juízo para administrar bem o Estado de Minas Gerais”. Era esse Hélio com quem todos convivíamos e tínhamos o prazer de dizer que era um bom amigo, um bom governador.

Faço essa menção para que sirva de exemplo hoje aos nossos governadores, que querem complicar o processo, colocando seus comandados ou auxiliares na condição de necessitados do emprego, e não os escolhendo pela competência nem pela eficiência no serviço público.

Hélio Garcia não dava passo maior do que as pernas porque, quando elaborava um projeto e o colocava em execução, sabia que o dinheiro estava em caixa. Hoje o que se vê são pedaladas e pedaladas, programações malfeitas, orçamentos que não são cumpridos, planejamentos malfeitos e mal-elaborados a ponto de serem retirados desta Assembleia por diversas vezes. Projetos que aqui são encaminhados e retirados imediatamente por falta de um planejamento estratégico e da confiança naquilo que se faz.

Por isso o PTB se sentiu muito orgulhoso com Hélio Garcia no comando do nosso estado. Sendo do PTB, ele nos dignificava a cada momento pela sua postura, pela sua convivência com os amigos, pela sua lealdade e, acima de tudo, pela sua honestidade. Em todo o seu mandato de deputado federal, governador e deputado estadual nunca houve sequer uma ameaça a sua integridade, a sua honestidade, a sua conduta.

Por isso, Dr. Hélio Garcia, estando certamente num plano superior, olhe por nós, os políticos daqui debaixo, dê uma orientação segura para que Minas Gerais caminhe no caminho certo; para que Minas Gerais veja no seu exemplo uma forma simples de administrar, uma forma competente e honesta de fazer o bem para o povo de Minas Gerais.

Os petebistas ficaram um pouco mais pobres com a morte de Hélio Garcia, ficaram um pouco mais desvalidos sem o amparo do seu administrador e, acima de tudo, seu orientador. Que Deus o receba na sua infinita bondade, porque Hélio Garcia fez muito bem ao Estado de Minas Gerais! Nossas condolências à família, em nome de nosso glorioso PTB.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Jose da Silveira Brandao, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;

nomeando Elizete Fonseca de Souza, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

designando Ana Carolina Utsch Terra para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/6/2016, a servidora Miriam Espanha Moreira Dias, CPF nº 477.012.426/00, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Taquígrafo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 15/2016****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 35/2016**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/7/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de iluminação cênica e de efeito.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.